

Referência A - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, área de gestão patrimonial, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

A prova de conhecimentos irá incidir sobre as diversas matérias constantes da legislação seguinte, bem como das alterações que sobre ela recaiam e/ou venham a recair até à data da realização da prova:

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;
- Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro com as alterações vigentes;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro na sua redação atual, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, na sua atual redação;
- Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, na sua redação atual, que adapta aos Serviços da Administração Autárquica o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP);
- Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Lamego, atualizado;
- Regime jurídico das Autarquias Locais, estatuto das entidades intermunicipais, regime jurídico da transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais e regime jurídico do associativismo autárquico: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atualizada da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atentas as revogações instituídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Norma de Controlo Interno do Município de Lamego;
- Regime jurídico do património imobiliário público: Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, consolidado;
- Novo modelo de gestão integrada do património imobiliário público: Decreto-Lei n.º 60/2023 de 2023-07-24, consolidado;
- Novo Regime do Arrendamento Urbano – NRAU: Lei n.º 6/2006 de 2006-02-27, consolidada;
- Código das Expropriações: Lei n.º 168/99 de 1999-09-18, consolidada;
- Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI - e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – CIMT: Decreto-Lei n.º 287/2003 2003-11-12, consolidada;
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas: Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual.